

Por Antonio Penteado Mendonça



As recentes chuvas que assolaram o Rio Grande do Sul, na mesma época que as chuvas que devastaram o Estado no ano passado, levantam uma questão importante: foi mero acaso e uma infeliz coincidência ou temos uma mudança nos padrões do clima da região?

Na sequência dos eventos de 2024, especialistas analisaram a questão e vários deles concluíram que havia uma forte chance do fenômeno não ser um evento pontual, mas o começo de uma mudança mais profunda, capaz de alterar o clima no sul do Brasil, introduzindo como fato novo a repetição anual das tempestades que acabavam de cair e devastar o Estado.

Pelo que se viu agora, pode se dizer que estes técnicos estavam certos. Um ano é pouco tempo para permitir uma conclusão mais consistente, mas a sequência das tempestades, por dois anos seguidos, na mesma época, é um indicador que precisa ser levado em conta na análise das condições climáticas do Rio Grande do Sul. É no mínimo um indicador de que o clima mudou ou está mudando e que o cenário passa a ser de tempestades violentas atingindo parte do Estado, numa determinada época do ano em que até recentemente isto não acontecia.

Mas há mais. Além das chuvas torrenciais que caíram recentemente, pouco antes delas, da mesma forma que aconteceu em 2024, uma seca severa causou danos a agricultura gaúcha. Os dois fenômenos, evidentemente, têm conexão. E ela aponta para uma mudança climática que pode, anualmente, causar danos a região.

Os danos de 2025 foram menores do que os de 2024, mas, mesmo assim, milhares de pessoas ficaram desabrigadas, grande número de municípios sofreu prejuízos mais ou menos graves e pessoas perderam a vida. A região atingida foi a mesma onde se concentraram os maiores volumes de chuva em 2024.

Até agora não foi divulgada uma estimativa do total dos prejuízos de 2025. Mas em 2024 eles passaram os 90 bilhões de reais. Ainda que este patamar não tenha sido alcançado pelos danos deste ano, isso não significa que ele não possa ser ultrapassado no próximo ano, ou no outro.

Este cenário levanta uma série de pontos que precisam ser levados em conta pelas autoridades. Eles abrangem um amplo espectro, que vai das providências necessárias para a minimização dos impactos sociais, medidas para conter as enchentes e a transferência de áreas urbanas para regiões menos ameaçadas, até a mudança de empresas gaúchas para outros Estados, menos sujeitos a eventos desta natureza.

É um quadro extremamente complexo e caro, no qual o seguro pode ter uma participação importante. Em 2024 as seguradoras pagaram mais de 6 bilhões de reais em função dos danos sofridos pelo Estado. É um valor expressivo, mas insuficiente frente aos prejuízos. É verdade que as seguradoras

não podem cobrir todos os tipos de danos, mas os danos que atingem diretamente a população podem ter uma cobertura mais ampla. É fundamental que as discussões sobre o fundo de catástrofes climáticas e os seguros com garantias obrigatórias avancem rapidamente. Se isso não acontecer, quem vai pagar a conta é a população local.

Fonte: o Estado de São Paulo, em 30.06.2205.